

RADAR

Governo diz que não concederá reajuste linear a servidores

No último dia 15 de março, sob o lema: “0,1%. Não queremos esmolas, mas dignidade!”, os servidores públicos federais lançaram em Brasília, em frente ao Ministério do Planejamento, a campanha salarial 2005. A idéia com o lançamento é de unir os vários segmentos do funcionalismo, pois a avaliação é de que a divisão enfraquece o poder de pressão contra o governo. Apesar do índice de perdas nos 10 anos do governo FHC e mais os dois anos do governo Lula alcançar mais de 155%, o ANDES-SN prefere trabalhar com uma proposta de reajuste emergencial de 18%, que seria resultado das perdas de 2003 e 2004. Entretanto, mesmo com a retomada da Mesa de Negociação Permanente entre as representações do funcionalismo e o governo, o consenso está muito longe de ser obtido.

Na retomada das negociações, no dia 23 de março, o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Sérgio Mendonça, informou que não é intenção do governo conceder reajuste linear, mas sim, percentuais diferenciados por categoria, segundo ele, para “corrigir distorções do passado.” Sobre o índice de 0,1% divulgado pelo governo, ressaltou que o percentual foi publicizado por uma formalidade jurídica.

No que se refere ao pleito da Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais (CNESF) de que a data-base do funcionalismo seja consagrada como sendo em 1º de maio, o secretário do MPOG comentou que não há discordância quanto a isso, mas considera que a partir do estabelecimento da Mesa Permanente, a ques-

tão de uma data específica passaria a ser secundária. Além da representação do Sindicato Nacional dos Docentes, estiveram presentes integrantes do CONDSEF e também a dirigente da CUT, Lúcia Reis.

A representante da CUT recuperou questões que considera não poderem ser esquecidas nas reivindicações dos servidores, tais como, a isonomia, a paridade ativo/aposentado, que, no entender da Central, iniciou processo de superar as diferenças. Isso, diz Lúcia Reis, precisa ser retomado, além de focalizar a retomada de acordos com categorias que tenham pendências.

PASSADO- Em relação a estes temas, o Secretário do MPOG argumentou que sobre Política Salarial há possibilidades de serem construídas várias leituras e, no entender do governo, não se deve trabalhar com uma posição restritiva de compensação de perdas vinculada à inflação passada, por exemplo, visto que o país está em outra agenda econômica, com a qual tal perspectiva não é condizente.

Marina Barbosa, do ANDES, recuperou a discussão sobre compensação das perdas como reivindicação central do Movimento e solicitou a explicitação da política salarial diferenciada. Já que o governo não tem política de reajuste linear e sim de reajuste diferenciado, é necessário e urgente, segundo ela, que (o governo) apresente sua proposta para o Movimento Docente analisar. Sérgio Mendonça informou que é muito complexa a movimentação das grandezas do orçamento por categorias, usando como exemplo o processo da Fasubra na negociação passada que, segundo ele, gerou impactos até 2006.



Servidores Federais se mobilizaram para pressionar governo...



...e campanha salarial foi lançada em Brasília em 15 de março

Informou ainda que não há consenso no governo sobre a política salarial e que é necessário construir as saídas. Uma nova reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente deve ocorrer ainda este mês.

Presidente do ANDES acusa governo de “autoritário”



Marina Barbosa: governo arrocha salários

Em nota assinada pela presidente do ANDES-SN e enviada à Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF) no dia 5 de abril, Marina Barbosa resalta que o governo Lula estaria agindo de forma “autoritária” na negociação salarial do funcionalismo. Segundo ela, não estamos diante de “uma ausência de política (salarial), mas de uma política (salarial) que não satisfaz os servidores federais e que o governo não a explicita completamente. Temos total acordo em relação à necessidade de corrigir distorções do passado. Isso faz parte de nossa pauta. O primeiro problema é que o governo opõe a correção das distorções ao reajuste linear: ‘Em relação ao reajuste de 0,1%, informou que a política salarial do governo é de reajuste diferenciado por categoria para corrigir distorções do

passado e não o reajuste linear’. Alega o governo que não precisa negociar o índice porque ele é apenas um mero cumprimento da lei, pois a verdadeira negociação se dá por categoria. O governo embora então declare ter uma política salarial, não está disposto a discutí-la. Optou por ela e autoritariamente a está aplicando.”

Acrescenta ainda a presidente do Sindicato Nacional Docente que “a política salarial do governo Lula é de arrocho pois, ao não reajustar linearmente, as supostas correções de distorções dão-se num quadro geral de não-reparação das perdas inflacionárias, ainda que diversos segmentos possam ter tido nas suas remunerações totais reajustes acima da inflação nos dois últimos anos. Se, na década de 70, o arrocho salarial foi expresso com a máxima de Delfim Netto de que seria necessá-

rio fazer primeiro o bolo crescer para depois dividi-lo, o atual governo quer promover a divisão do bolo ao mesmo tempo em que decresce o próprio bolo, ao menos nos recursos destinados à remuneração dos servidores, uma vez que o bolo geral composto da arrecadação de impostos continua crescendo.”

Marina, que também é professora da Universidade Federal Fluminense, aconselha a CNESF para que não “abra mão da luta por uma política salarial que reponha integralmente, para o conjunto dos servidores, os valores perdidos no processo inflacionário. Isto é, vamos tratar das distorções numa condição de crescimento do bolo destinado ao conjunto dos servidores. A formulação de nossa proposta de política salarial é para já e não para um futuro longínquo à moda Delfim”.